

Maior equilíbrio social, respeito à vida e valorização da inteligência e do conhecimento

Nós, profissionais liberais com formação universitária, representados pela CNTU – Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados, vimos manifestar à sociedade brasileira, às autoridades e aos candidatos e futuros eleitos à Presidência da República e demais cargos executivos e legislativos nossas decisões, vontades e reivindicações neste ano tão importante para se definir os rumos do País. Acreditamos ser este momento decisivo para um salto qualitativo em benefício desta nação e do povo brasileiro. Na escolha dos nossos líderes políticos, o que mais importa é construir projetos que representem a maioria e obras pelo desenvolvimento sustentável do Brasil e do mundo. Com inteligência, trabalho valorizado, investimento e participação, superaremos as mazelas herdadas em que pesam negativamente a pobreza, a exclusão social e a economia excessivamente dependente do mercado externo e da exploração predatória dos recursos naturais.

A CNTU foi criada em 27 de dezembro de 2006. Formada pelas federações dos Economistas, Engenheiros, Farmacêuticos, Médicos, Nutricionistas e Odontologistas, cumpre o papel necessário de dar voz às ideias dos profissionais universitários, que somam 10 milhões de brasileiros.

Somos 10 milhões de cidadãos portadores de diploma universitário, trabalhadores do conhecimento, parte dos 100 milhões que compõem os segmentos médios da sociedade. Afirmamos a importância do nosso trabalho na construção de laços mais solidários entre as camadas médias e a grande maioria do povo brasileiro. A riqueza e a produtividade são crescentes e há recursos técnicos, financeiros, humanos e culturais suficientes para resolvermos a grande maioria dos problemas que nos afligem. Nesse processo, devemos ser construtores protagonistas de um país empreendedor.

Ainda nos falta avançar muito na condução da política econômica. Avanços que só poderão ser conquistados se rejeitarmos com veemência que o País privilegie o setor financeiro em detrimento da produção; a especulação em detrimento do trabalho. Precisamos rever, mediante saltos de formação e conhecimento, o consumismo imitativo de minorias prósperas e a falta de autoconfiança para inovar e empreender por caminhos próprios.

Desenvolvimento e inclusão social

Depois das malfadadas duas décadas de pífio crescimento e altas taxas de desemprego, os investimentos vêm se expandindo, assim como os empregos e a massa salarial. No entanto, grande parte da riqueza está concentrada em poucas mãos, em menos de 30 mil famílias privilegiadas pela alta rentabilidade financeira da dívida pública. Somente em 2009, mesmo depois de melhorado o seu perfil e escalonamento, R\$ 380 bilhões serviram ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Isso representou 36% do orçamento da União, do qual foram destinados menos de 3% para a educação e menos de 5% para a saúde. O rentismo tem como resultado brutal transferência de renda dos segmentos mais pobres e medianos da sociedade para os mais ricos. Devemos inverter essa lógica, fazendo frente à maior dívida que temos, que é social – assegurando universalização da educação de qualidade, atendimento pleno à saúde, moradia digna, oportunidades de trabalho decente e valorizado, alimentação de qualidade para todos, proteção às crianças, aos idosos e àqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco.

O Brasil é marcado por uma urbanização acelerada sobre uma infraestrutura precária. A tendência é de incremento ainda maior nesse processo, com uma população cada vez mais concentrada em metrópoles e centros urbanos grandes e médios. É mais que chegada a hora de colocarmos o conhecimento, a inteligência, as técnicas e os recursos para dotar as cidades de melhor e mais bem distribuída infraestrutura em transporte, energia, comunicação, habitação, saneamento ambiental, educação, cultura, esporte e lazer. Se instalar câmeras, aumentar o policiamento, levantar grades e muros são práticas para aumentar a segurança, isso não pode nos cegar para as verdadeiras e mais profundas soluções ao problema da insegurança. Medidas paliativas não bastam e terminam por criar ambientes de mal-estar e *apartheid* social altamente prejudiciais à liberdade e ao convívio.

Não podemos ficar na dúvida entre desenvolvimento e proteção ambiental, pois os dois são necessários. É possível crescer com inteligência, protegendo e valorizando as riquezas naturais e humanas. O Brasil possui a maior biodiversidade do mundo, reserva suficiente de solos agrícolas, climas amenos, sol, água, ar e florestas. Com conhecimento, podemos construir um caso exemplar de democracia multirracial nos trópicos baseada no desenvolvimento sustentável. Para tanto, parece-nos decisivo priorizarmos o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da inovação, da educação e da cultura. C,T&I é sinônimo de poder aqui e em todo o mundo. Conquistar 2,5% do PIB – Produto Interno Bruto para essa área é determinante para sermos uma economia competitiva.

Também não podemos ficar em dúvida entre ação estatal e iniciativa privada, pois são complementares. O Estado deve induzir o desenvolvimento através do planejamento e do investimento público. E assim gerar oportunidades em que iniciativa privada, sobretudo micro, pequenos e médios empreendimentos, que são os maiores geradores de emprego e de riqueza, possam trabalhar com menores ônus e constrangimentos burocráticos. O Estado não deve ser “mínimo”, nem “máximo”, mas sim deve ser modernizado, para atender às necessidades crescentes do desenvolvimento. Um Estado mais profissionalizado, com recursos humanos e técnicos mais qualificados, relações mais transparentes, serviços mais eficientes, sistemas tributário mais justo e de controle mais democráticos. A população em geral e as camadas médias em particular devem sair de sua posição defensiva e ser protagonistas da construção de um Estado à altura das suas responsabilidades.

Construir o futuro agora

Tendo participado de forma independente da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em 1º de junho de 2010, a CNTU soma-se à mobilização do conjunto do movimento sindical e subscreve o documento que tem como eixos o crescimento com distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno; a valorização do trabalho decente com igualdade e inclusão social; o Estado como indutor do desenvolvimento socioeconômico e ambiental; a democracia com efetiva participação popular; a soberania e integração internacional; o respeito aos direitos sindicais e à negociação coletiva. Agregamos a esses eixos 12 metas a conquistar, que consideramos prioritárias na ação do próximo Governo rumo ao ano de 2022, quando se celebrará o bicentenário da Independência do Brasil, um marco mobilizador e simbólico na construção de um país mais justo, soberano e com qualidade de vida para todos:

- 1) Desenvolvimento sustentável para gerar melhores empregos, oportunidades e renda.
- 2) Economia criativa e intensiva em conhecimento de modo a agregar mais valor à produção social e gerar empregos mais valorizados e bem remunerados.
- 3) Exploração sustentável das riquezas naturais e proteção e preservação da biodiversidade e dos ecossistemas no território brasileiro.
- 4) Repartição mais equitativa da terra, prioridade para a agricultura familiar e ecológica e soberania alimentar.
- 5) Qualificação e requalificação profissional para o desenvolvimento pessoal, para o trabalho e para a cidadania.
- 6) Valorização do trabalho e sua justa remuneração, do emprego e da capacidade empreendedora.
- 7) Desenvolvimento e justa distribuição da infraestrutura produtiva e social (especialmente nos setores de transporte, habitação, saneamento básico, agricultura e segurança alimentar, educação, saúde e cultura).
- 8) Promoção da ciência, tecnologia e inovação sobretudo em áreas e projetos em que se possa dar relevantes contribuições para o desenvolvimento humano e social nacional e global.
- 9) Melhor gestão, atendimento e respeito aos direitos dos cidadãos nos serviços públicos.
- 10) Distribuição justa da carga tributária e maior retorno dos recursos fiscais aos cidadãos.
- 11) Melhor sistema de aposentadoria para todos.
- 12) Respeito às diferenças e à diversidade cultural e dos modos de existência e promoção da grande saúde através de melhor qualidade de vida, do lazer, da valorização do pensamento livre e da capacidade criativa.

7 de setembro de 2010.

Rumo a 2022, bicentenário da Independência do Brasil.



SDS Edifício Eldorado, sala 108 – CEP: 70392-901
Brasília/DF – Telefone 55 (61) 3225-2288 – cntu@cntu.org.br
www.cntu.org.br



• Sindicato dos Economistas do Estado de Alagoas • Sindicato dos Economistas do Estado do Amazonas • Sindicato dos Economistas do Estado da Bahia • Sindicato dos Economistas do Estado do Ceará • Sindicato dos Economistas do Distrito Federal • Sindicato dos Economistas do Estado do Espírito Santo • Sindicato dos Economistas do Estado de Goiás • Sindicato dos Economistas de Londrina • Sindicato dos Economistas do Estado do Maranhão • Sindicato dos Economistas do Estado do Mato Grosso • Sindicato dos Economistas do Estado do Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Economistas do Estado de Minas Gerais • Sindicato dos Economistas do Estado do Pará • Sindicato dos Economistas do Estado da Paraíba • Sindicato dos Economistas do Estado do Paraná • Sindicato dos Economistas do Estado de Pernambuco • Sindicato dos Economistas do Estado do Piauí • Sindicato dos Economistas do Estado do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Economistas do Estado de Rondônia • Sindicato dos Economistas do Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo



• Sindicato dos Engenheiros no Estado do Acre • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Alagoas • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amapá • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Amazonas • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Distrito Federal • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Mato Grosso • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Piauí • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Roraima • Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo • Sindicato dos Engenheiros no Estado do Tocantins



• Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Amazonas • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Ceará • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Espírito Santo • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Mato Grosso • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Paraíba • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Paraná • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Piauí • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Roraima • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Sergipe • Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo

• Sindicato dos Odontologistas do Acre • Sindicato dos Odontologistas do Amapá • Sindicato dos Odontologistas do Amazonas • Sindicato dos Odontologistas do Ceará • Sindicato dos Odontologistas do Distrito Federal • Sindicato dos Odontologistas do Espírito Santo • Sindicato dos Odontologistas no Estado de Goiás • Sindicato dos Odontologistas do Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Odontologistas do Mato Grosso • Sindicato dos Odontologistas de Minas Gerais • Sindicato dos Odontologistas do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Odontologistas de Rondônia • Sindicato dos Odontologistas de São Paulo • Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas de Sergipe



• Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Amapá • Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Pará • Sindicato dos Nutricionistas no Estado do Ceará • Sindicato dos Nutricionistas no Estado do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Nutricionistas no Estado da Paraíba • Sindicato dos Nutricionistas no Estado de Pernambuco • Sindicato dos Nutricionistas do Estado de Alagoas • Sindicato dos Nutricionistas no Estado do Mato Grosso • Sindicato dos Nutricionistas no Estado da Bahia • Sindicato dos Nutricionistas no Estado de Goiás • Sindicato dos Nutricionistas no Estado do Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Nutricionistas no Estado de Minas Gerais • Sindicato dos Nutricionistas no Estado do Rio de Janeiro • Sindicato dos Nutricionistas no Estado de São Paulo • Sindicato dos Nutricionistas no Estado do Paraná • Sindicato dos Nutricionistas no Estado de Santa Catarina • Sindicato dos Nutricionistas no Rio Grande do Sul



• Sindicato dos Médicos de Pernambuco • Sindicato dos Médicos da Paraíba • Sindicato dos Médicos do Tocantins • Sindicato dos Médicos do Amazonas • Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul • Sindicato dos Médicos de Santa Catarina • Sindicato dos Médicos de Sergipe • Sindicato dos Médicos do Vale do Paraíba • Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte • Sindicato dos Médicos do Piauí • Sindicato dos Médicos do Acre • Sindicato dos Médicos do Paraná • Sindicato dos Médicos do Grande ABC • Sindicato dos Médicos de São Paulo • Sindicato dos Médicos de Santos • Sindicato dos Médicos de Campinas • Sindicato dos Médicos do Espírito Santo • Sindicato dos Médicos de Juiz de Fora • Sindicato dos Médicos de Minas Gerais • Sindicato dos Médicos da Bahia • Sindicato dos Médicos do Distrito Federal • Sindicato dos Médicos de Goiás • Sindicato dos Médicos de Mato Grosso do Sul • Sindicato dos Médicos do Ceará • Sindicato dos Médicos de Mato Grosso • Sindicato dos Médicos de Alagoas • Sindicato dos Médicos de Anápolis • Sindicato dos Médicos do Amapá • Sindicato dos Médicos de Campina Grande • Sindicato dos Médicos de Campos • Sindicato dos Médicos de Caxias do Sul • Sindicato dos Médicos de Criciúma • Sindicato dos Médicos de Governador Valadares • Sindicato dos Médicos do Maranhão • Sindicato dos Médicos de Maringá • Sindicato dos Médicos do Norte de Minas • Sindicato dos Médicos de Niterói e São Gonçalo • Sindicato dos Médicos de Novo Hamburgo • Sindicato dos Médicos do Pará • Sindicato dos Médicos de Petrópolis • Sindicato dos Médicos de Presidente Prudente • Sindicato dos Médicos da Região dos Lagos • Sindicato dos Médicos do Centro-Norte Fluminense • Sindicato dos Médicos do -Rio Grande • Sindicato dos Médicos de Rondônia • Sindicato dos Médicos de Roraima • Sindicato dos Médicos de Santa Maria • Sindicato dos Médicos de São José do Rio Preto • Sindicato dos Médicos de Volta Redonda